



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

04/02/2013

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CAMPANHA.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ORÇAMENTO.....	4
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	5 - 6
3.3. SEM ASSUNTO.....	7
3.4. SIC - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO.....	8

Bloco da Paz I

Pelo segundo ano consecutivo, o Tribunal de Justiça (TJMA) brinda São Luís com mensagens pelo fim da violência no Carnaval - em especial, a doméstica e familiar - e pela denúncia imediata dos agressores.

"Diga não à violência e entre no Bloco da Paz" pode ser vista em peças publicitárias afixadas em outdoors e no transporte coletivo (busdoors e backdoors).

O material educativo também reúne cartazes, ventarolas e divulgação eletrônica.

Bloco da Paz II

Assina a iniciativa a Coordenadoria Estadual da Mulher em Violência Doméstica e Familiar do TJMA, presidida pela desembargadora Nelma Sarney.

Ela lembra que a campanha de 2012, quando foi às ruas o tema "Leve a alegria do Carnaval para a sua casa. Diga não à violência", contribuiu decisivamente para reduzir o volume de ocorrências na Vara da Mulher da capital naquele período.

Este ano, a ação recebeu apoios importantes, a exemplo da Secretaria de Comunicação do Estado, que vai difundir o material educativo nos circuitos carnavalescos da capital e Imperatriz.

GAROTA DE PROGRAMA, CELULARES E CHUÇOS SÃO ENCONTRADOS EM PRESÍDIO

Secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, determinou uma revista surpresa no presídio da Polícia Militar, conhecido como "Manelão", no Calhau. A ação encontrou aparelhos celulares e chips de várias operadoras, uma garota de programa com o preso Fábio Aurélio do Lago e Silva, acusado da morte do jornalista e blogueiro Décio Sá, entre outras irregularidades. A vistoria contou com a participação de integrantes do Grupamento Tático Aéreo (GTA), da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop).

URBANO

MANELÃO

Vistoria no presídio militar

Durante revista realizada pelo GTA, Sejap e Geop, celulares, chips e presença de garota de programa foram algumas das irregularidades encontradas no local

ISMAEL ARAÚJO

Aparelhos celulares, chips de várias operadoras, agendas, chuços e até mesmo uma garota de programa, de nome não identificado pela polícia, que fazia visita íntima ao preso Fábio Aurélio do Lago e Silva, o 'Buchecha', de 32 anos, acusado pela morte do jornalista e blogueiro Décio Sá, foram algumas das irregularidades encontradas durante fiscalização realizada no Presídio da Polícia Militar, conhecido como "Manelão", localizado no Calhau, no último sábado, 2.

O secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, determinou uma revista surpresa no Manelão, pois, segundo a assessoria de comunicação da SSP, é neste presídio que estão presos Gláucio Alencar Pontes Carvalho de Miranda e Fábio Aurélio. Há levantamentos feitos pelo serviço de inteligência da secretaria que estes presos, principalmente Gláucio Alencar, estavam dando ordens de cobrança, ameaçando testemunhas e outros acusados da morte de Décio Sá para mudarem os seus depoimentos.

A assessoria de comunicação também informou que a busca foi feita ainda pela manhã do último sábado, e que somente Aluísio Mendes e o comandante da PM,

coronel Franklin Pacheco, tinham conhecimento. O trabalho contou com a participação dos integrantes do Grupamento Tático Aéreo (GTA) e do apoio dos homens da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop), especializados em buscas em unidades prisionais.

No decorrer da vistoria, encontraram aparelhos celulares, chips e armas artesanais feitas de vergalhões de ferro, e ainda 'Buchecha' tendo visita íntima de uma garota de programa. De acordo com a polícia, o detido não tem o direito de ter visita íntima pelo fato de ser um preso provisório.

O material apreendido foi encaminhado para a Superintendência Estadual de Investigações Criminais, no Bairro de Fátima, pois a polícia acredita com a quebra do sigilo das linhas telefônicas poderá ter novas descobertas no caso de agiotagem e da morte do jornalista, e ainda descobrir os nomes dos proprietários das linhas e dos chips.

Depois do flagrante, o coronel Franklin Pacheco determinou a abertura de um inquérito para apurar a entrada e a permanência da garota de programa no presídio sem a autorização legal.

Fuga no Hospital Nina Rodrigues

A polícia informou que na manhã de ontem, 3, o preso de justiça, identificado apenas por "Marcos George", fugiu do Hospital Nina Rodrigues, localizado no Monte Castelo. Ele estava internado nessa casa de saúde desde o começo do mês de janeiro e durante uma troca de plantão conseguiu pular o muro da frente e tomou rumo ig-

norado.

A direção do Hospital Nina Rodrigues relatou que o fato já foi registrado na Delegacia de Polícia e que hoje irá tomar as devidas providências, inclusive, informar ao Ministério Público e ao juiz de justiça que está respondendo pelo processo de Marcos George.

DETIDOS DO MANELÃO

- Gláucio Alencar Pontes Carvalho: 34 anos, é filho de José de Alencar Miranda Carvalho. Ele e o pai são suspeitos de agiotagem e empresários do ramo de merenda escolar. A merenda era fornecida para prefeituras do Maranhão, Pará e Piauí. Preso em 13 de junho, na operação "Detonando" da Polícia Civil, foi indiciado como um dos mandantes do assassinato de Décio Sá, que em seu blog publicava informações que estariam prejudicando seus negócios.

- Fábio Aurélio do Lago e Silva: o 'Buchecha', 32 anos. Trabalhava para Júnior Bolinha. Teria ajudado na operacionalização do assassinato de Décio Sá. Preso na "Detonando".

MEMÓRIA

Oitivas

● No dia 28 de janeiro, as testemunhas de acusação envolvidas no processo de número 20550-432012, que trata sobre a morte de Décio Sá, começaram a ser ouvidas pelos magistrados, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Segundo informações da direção do fórum, estavam previstas para serem ouvidas mais de 60 testemunhas de acusações e iria se estender até o dia 31. Por dia, 15 pessoas deveriam ser ouvidas pelo juiz adjunto do 1º Vara do Tribunal do Juri, Márcia Brandão; e pelo promotor do 1º Promotoria do Tribunal do Juri, Luís Carlos Correa Duarte, no salão de sessões do tribunal, localizado no 1º andar. Ainda informaram que todas as pessoas, que iriam ser ouvidas, foram arroladas pelo Ministério Público.

O crime

A morte de Décio Sá, segundo o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, foi motivada pela publicação de reportagens publicadas no blog do jornalista. A quadrilha, cujos "cabeças eram Gláucio e José Miranda, que atuavam no desvio de verbas de merenda escolar e agiotagem, teve prejuízos depois dessas publicações. Esse bando contratou Jhonatan Silva para matar o jornalista e em troca receberia R\$100 mil, mas apenas recebeu R\$20 mil. No dia 23 de abril, Décio Sá foi executado com cinco tiros, na Avenida Iltarânea, e tendo como executor o paraense Jhonatan Silva.



Vistoria surpresa determinada pelo secretário Aluísio Mendes no presídio militar apreendeu celulares, agendas, chips, chuços e até uma garota de programa, que fazia visita íntima a detento

Orçamento do TJMA em 2013 chega a R\$ 808 milhões

O Orçamento 2013 do Judiciário maranhense é de R\$ 808.106.145, já com previsão de gastos com pessoal e investimentos em obras e serviços na capital e no interior. A maior parcela dos recursos coube ao Tribunal de Justiça (TJMA), que movimentará R\$ 699.265.496, ou 88,4% do total orçamentário.

Só com "Pessoal e Encargos" a estimativa de desembolso chega a R\$ 520 milhões, e concentra 64,45% dos recursos disponíveis. O TJMA também reservou R\$ 124 milhões para o pagamento de precatórios.

O volume global de recursos é de 4,42% maior que no ano passado, quando atingiu R\$ 773.906.178. Aparece na composição orçamentária final a dotação correspondente à Corregedoria Geral da Justiça, Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário (FERJ), Fundo Esmam, Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (FERC) e dados sobre a execução orçamentária de 2012. Em 2012, o Judiciário estadual cumpriu 95,3% da execução prevista para o exercício.

O detalhamento de despesas e aplicações foi conhecido pela primeira vez, com antecedência, pelos 26 desembargadores que compõem o colegiado do Tribunal. Cada magistrado recebeu caderno orçamentário e vai poder acompanhar de perto como os recursos são administrados. "É um convite para que eles gerenciem o orçamento em parceria", justifica o presidente do TJMA e autor da iniciativa, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O caderno elaborado pela diretoria Financeira é de fácil compreensão. "Antes, os desembargadores eram informados apenas das propostas orçamentárias para o exercício. Agora, eles sabem o que foi feito e o que será feito, e quanto será gasto", diz o diretor financeiro do TJMA, Luiz Carlos Calvet. O documento pode ser consultado por qualquer cidadão em www.tjma.br.

no link "Transparência".

O Orçamento Judiciário sinaliza que o Tribunal de Justiça vai dispor em 2013 de R\$ 90 milhões em "Reserva de Contingência". Cerca de 61% desses recursos (R\$ 55 milhões) irão financiar a primeira etapa de obras do novo fórum de Imperatriz e outros fóruns no Estado.

Há R\$ 15 milhões assegurados para sedes próprias de 15 Juizados Especiais em São Luís, R\$ 10 milhões para a instalação de varas e convocação de servidores e, ainda, 10 milhões para o prédio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Nos dois últimos casos, o tribunal quer se livrar do incômodo dos aluguéis caros. Os 18 juizados especiais instalados na capital funcionam nessa condição, ou em espaços cedidos por faculdades. Guerreiro Júnior, por sinal, já formalizou proposta à Prefeitura de São Luís. Constrói os prédios até o final do ano, desde que o Executivo

Municipal doe igual número de terrenos ao Judiciário.

O caderno atenta para quatro "Premissas Orçamentárias". As despesas com manutenção da atual estrutura física e contratos em vigor terão idêntica prioridade à implantação da primeira etapa do Processo Judicial Eletrônico (PJE), com estimativa inicial de R\$ 28 milhões, e ao pagamento de promoções, progressões e gratificações, bem como da revisão salarial anual de servidores e magistrados.

Para assegurar esses pontos, e de todo o orçamento, o TJMA vai observar com rigor o cumprimento dos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse quesito, os gastos não poderão ultrapassar a 5,7 da Receita Corrente Líquida (RCL). Apesar da posição confortável do TJMA quanto a gastos com pessoal, o presidente Guerreiro Júnior recomenda extrema cautela em relação a novas despesas.

ARQUIVO



Guerreiro Júnior leva a conhecimento da sociedade orçamento e gastos do Judiciário este ano



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº: 2115-55/2011.8.10.0001
CLASSE CNJ: Execução de Título Extrajudicial
PARTE(S) REQUERENTE(S): TOTAL DISTRIBUIDORA S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): NORMAN G. DE SÁ E OUTROS

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **NORMAN G. DE SÁ, na pessoa de seu representante legal, NORMAN GONCALVES DE SÁ E DINORA CRISTINA FALCÃO DE SÁ** e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, o valor de R\$ 232.172,35 (duzentos e trinta e dois mil, cento e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos) ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

OBSERVAÇÃO: Ficam(s) ciente(s) o(s) executado(s) de que dispõem do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos à execução.

ADVERTÊNCIA: No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias a verba honorária será reduzida pelo metade, por força do parágrafo único do artigo 652 - A do CPC.

ADVERTÊNCIA: Fica advertido o suplicado de que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 17 de dezembro de 2012

TYRONE JOSÉ SILVA

Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Fórum "Desembargador Sarney Costa" - Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº - Calhau - São Luís (MA)
CEP: 65075-820 - Fone: (98) 3124 5473 - e-mail: secov4_siz@tjma.jus.br



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2013
Processo nº 43346/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Estadual nº 9.579/12, do Decreto Federal nº 5.450/05, do Decreto Estadual nº 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGAO, FORMA ELETRÔNICA, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE UNICO, visando à contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva e preventiva para equipamentos Dell R710 do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no dia 19/02/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 1º de fevereiro de 2013.
André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA

SIC garante acesso a informações do Poder Judiciário do Maranhão

Um serviço do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) garante à sociedade acesso a informações públicas, de interesse coletivo ou geral, conforme a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011). O SIC, ou Serviço de Informação ao Cidadão, disponibiliza meios para pedidos e consultas por pessoa física ou jurídica.

O serviço funciona sob a coordenação da Ouvidoria do Judiciário, responsável pelo recebimento, registro, controle e resposta das solicitações enviadas ao Tribunal por interessados. O órgão responde a todos no prazo de 20 dias.

Os pedidos são feitos de

forma presencial, no horário das 8h às 18h, no endereço (Casa da Cidadania, subsolo do Shopping Jaracaty – Av. Carlos Cunha, 3000), ou no portal do Poder Judiciário estadual (www.tjma.jus.br).

“O SIC é totalmente gratuito. Um atalho no portal remete o usuário a formulário que deve ser preenchido com a identificação do interessado e definição da informação requerida”, explica o ouvidor-geral do Judiciário, desembargador Lourival Serejo.

A Lei de Acesso à Informação fixou procedimentos e diretrizes para assegurar o direito fundamental de acesso à informação pública, com a divulgação – inde-

pendente de pedido – utilizando os meios de comunicação e estimulando a transparência e o controle social da administração pública.

O cidadão passou a ter o direito de obter informações contidas em registros ou documentos sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades relativas à política, organização e serviços; administração do patrimônio público; utilização de recursos, licitações e contratos e resultados de programas, projetos, ações, metas e indicadores de gestão; inspeções, auditorias, prestações de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo e outras.

O artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos individuais e coletivos, prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que devem ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, com exceção daquelas protegidas por sigilo para garantir a segurança da sociedade e do Estado.

A Lei de Acesso à Informação obedece ao princípio da publicidade – previsto no artigo 37 da Constituição Federal – e deve nortear a administração pública direta e indireta na União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Defensoria contabiliza mais de 200 casos de reconhecimento voluntário de paternidade

O pequeno Miguel, de um ano, conquistou este ano o direito de usar o sobrenome do pai no seu registro de nascimento. Ele é um dos 205 atendidos pelo Projeto "Ser Pai é Legal", que é desenvolvido há um ano e seis meses pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), em parceria com a Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema). O convênio disponibiliza gratuitamente exames de reconhecimento de paternidade (DNA) ao público assistido pela Defensoria Estadual.

Segundo levantamento feito pelo Núcleo Psicossocial, da DPE/MA, dos 205 exames de DNA realizados neste período, 118 amostras de sangue confirmaram a paternidade investigada. Após o resultado positivo, o pai de Miguel, o soldador Alessandro dos Santos Aguiar, 20 anos, assinou o Termo de Reconhecimento Voluntário de Paternidade, acompanhado da mãe da criança, Joelma Silva, 20.

"Assim que sairmos daqui iremos direto ao cartório de registro civil da 4ª Zona da Comarca de São Luís para tirar a certidão de nascimento do meu filho", afirmou Alessandro Aguiar.

Primeiro Neto - O ato de assinatura do termo, que também contou com a presença do avô, o vigilante Luis Carlos Nunes Aguiar, foi a etapa final de um processo de investigação de paternidade iniciado ano passado, durante programação alusiva ao

Dia dos Pais, quando a Defensoria Pública disponibilizou, em sua sede, a estrutura de um laboratório para a coleta de material referente à realização do exame de DNA.

"Estou aqui para estimular meu filho Alessandro na concretização do reconhecimento do meu primeiro neto, fruto da relação dele com a Joelma", declarou Carlos Aguiar. "Ele não tinha certeza da paternidade, mas nós nos apegamos muito à criança. Por isso dei muita força para ele legalizar a situação. Vai ser maravilhoso comemorar o dia dos pais e do avô ao lado desse netinho", completou, festejando o sucesso do processo acompanhado pela DPE/MA.

Para a coordenadora do Núcleo Psicossocial, a assistente social Silene Gomes, "essas ações são de grande relevância na vida não só das crianças, que passam a constar na certidão de nascimento com os sobrenomes dos pais, como também das mães, que poderão dividir as responsabilidades na educação e manutenção dos filhos". A assistente social explicou, ainda, que a DPE-MA realiza atendimento social para orientação aos pais sobre os cuidados em relação aos filhos, "visto que o direito à cidadania inclui desde o reconhecimento da maternidade/paternidade, passando pela alimentação, educação, determinantes no desenvolvimento saudável da pessoa humana".